

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

FERNANDO FIGUEIREDO STRONGREN

**POR TRÁS DA OBJETIVIDADE: UM ESTUDO
FILOSÓFICO DA VERDADE JORNALÍSTICA**

BAURU
2013

FERNANDO FIGUEIREDO STRONGREN

**POR TRÁS DA OBJETIVIDADE: UM ESTUDO
FILOSÓFICO DA VERDADE JORNALÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em jornalismo, sob a orientação do Prof. Me. Marcelo da Silva.

BAURU
2013

FERNANDO FIGUEIREDO STRONGREN

**POR TRÁS DA OBJETIVIDADE: UM ESTUDO FILOSÓFICO DA
VERDADE JORNALÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em jornalismo, sob a orientação do Prof. Me. Marcelo da Silva.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antonio Carlos Jesus Zanni de Arruda
Universidade Sagrado Coração

Prof. Me. Marcelo da Silva
Universidade Sagrado Coração

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente
Universidade Estadual Paulista

Bauru, 17 de junho de 2013

Dedico este trabalho a todos aqueles que, ao longo de mais de 150 anos, foram e continuam sendo vítimas da verdade construída com os discursos do jornalismo objetivo. Espero que com este possa contribuir para nos libertarmos de uma verdade construída por poucos e para poucos.

AGRADECIMENTOS

Não haveria outra forma de iniciar estas poucas palavras de agradecimento sem mencionar todo apoio, força e dedicação recebida de meus pais, Leilane Aparecida Figueiredo Strongren e Waldemar S. Strongren, que não só me acompanharam – presencialmente ou em memória – ao longo deste caminhar pelo mundo das comunicações sociais, que aqui se encontra no encerrar de um ciclo, mas de toda minha trajetória intelectual, incluindo a graduação em filosofia, também presente em cada uma dessas páginas. Ao lado deles, se encontra meu irmão, Guilherme Figueiredo Strongren, muitas vezes presente como um antagonista ideológico e, por isso mesmo, fonte auxiliar para uma compreensão mais ampla do mundo. Também não teria como deixar de agradecer a minha namorada, Annelize Pires Augusto, que ao longo dos últimos três anos me deu suporte, ideias e palavras de apoio ou discordância em momentos que me fizeram crescer como pesquisador e, principalmente, ser humano.

Na esfera acadêmica, o primeiro agradecimento vai ao meu orientador Marcelo da Silva, cuja paixão pelo conhecimento serviu de alimento para a conclusão desse trabalho e o apoio e compreensão foram fundamentais para transformar os momentos de divagação e reflexão filosófica tomassem a forma presente. Os colegas de graduação em Jornalismo da Universidade Sagrado Coração, em especial na figura de Carlos Alberto Garcia Biernath, Bruno Lecciolle e Elton Adão Luciano, interlocutores de algumas das ideias presentes neste trabalho, e também os colegas da graduação em filosofia, com destaque para Carlos Eduardo Worschech, Débora Barbam Mendonça, Emerson Filipini de Lima, João Antonio de Moraes, Márcio Tadeu Girotti e muitos outros, que em nossas discussões, tanto em âmbito acadêmico como informal, alimentaram meu desejo de fazer da filosofia um instrumento de modificação do mundo. Também agradeço aos meus professores, nominalmente à Vanessa Matos dos Santos responsável por dar luz ao projeto de pesquisa quando ainda se encontrava nos estágios iniciais.

Não poderia concluir sem lembrar da importância que meu trabalho no Jornal da Cidade teve nesta pesquisa. Mesmo desenhado sobre um escopo basicamente teórico, este trabalho não teria sentido se não visasse modificar o fazer jornalístico, por isso mesmo, necessitava ser abastecido pelo contato direto com a práxis da profissão.

Por fim, agradeço também aqueles que, por ventura, esqueci-me de mencionar nominalmente nesta página, mas colaboraram de uma forma ou de outra para o trabalho aqui apresentado.

“Exige-lhe esforço, inclusive, admitir para si mesmo o fato de que o inseto ou o pássaro percebem um mundo totalmente diferente daquele percebido pelo homem, sendo que a pergunta por qual das duas percepções de mundo é a mais correta não possui qualquer sentido”.
(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Na busca por compreender o conceito de verdade adotado pelo jornalismo contemporâneo, esse trabalho se depara com duas vias: a vigente, fruto de um encontro entre o novo modo de fazer jornalismo, que nascia na segunda metade do século XIX, com o positivismo, corrente filosófica criada por Auguste Comte anos antes; e a sócio-histórica, sustentada na obra de pensadores como Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, que defendem que a verdade é originária das interações sociais e jogos de poder inerentes a ela. Assim, após um primeiro momento, no qual é delineada a história do jornalismo e o encontro deste com a corrente comteana, este trabalho versa sobre os efeitos do jornalismo moderno e sua principal premissa, a objetividade, tendo como escopo teórico as obras de Nietzsche e Foucault e exemplos oriundos de diferentes veículos e suportes de comunicação contemporânea. Sustentado por essas análises, o presente trabalho se permite desenhar a proposta de um novo caminho que promove o reencontro do fazer jornalismo com suas funções sociais.

Palavras-chave: Friedrich Nietzsche. Jornalismo. Michel Foucault. Objetividade. Verdade.

ABSTRACT

In seeking of understanding the concept of truth adopted by contemporary journalism, this paper come across into two paths: the current, resultant of a meeting between the new way of doing journalism, who was born in the second half of the 19th century, with positivism, philosophical current created by Auguste Comte years before; and the socio-historical, sustained in the opus of thinkers as Friedrich Nietzsche and Michel Foucault, who argue that truth originates from social interactions and power plays inherent in it. Thus, after a first moment, which is outlined in the history of journalism and the encounter with this Comtean current, this paper deals with the effects of modern journalism and its main premise, the objectivity, with the theoretical scope of the opus of Nietzsche and Foucault and examples from different vehicles and contemporary communication pillars. Sustained by these analyzes, the present study allows itself designing a proposal for a new way to promote the rematch of doing journalism with its social functions.

Keywords: Friedrich Nietzsche. Journalism. Michel Foucault. Objectivity. Truth.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DISCURSO SOBRE O JORNALISMO POSITIVO.....	13
2.1 A OBJETIVIDADE E O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO	13
2.2 VERDADE E OBJETIVIDADE: O POSITIVISMO INVADE A REDAÇÃO	14
3 ASSIM FALAVA O JORNALISTA.....	19
3.1 VERDADE E VONTADE DE VERDADE EM NIETZSCHE	19
3.2 A VERDADE COMO FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL.....	23
3.3 A FUNÇÃO DOS OLHOS NO JORNALISMO.....	26
3.4 O HOMEM OBJETIVO É O HOMEM DE REBANHO	28
4 MICROFÍSICA DO JORNALISMO.....	32
4.1 A VERDADE E A HISTÓRIA	32
4.1.1 O jornalista como historiador	36
4.2 A PROBLEMÁTICA DO DISCURSO	39
4.3 DISCIPLINA E PODER	43
5 PRELÚDIO PARA UM JORNALISMO DO FUTURO	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

“O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos” (FENAJ, 2007). É assim que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu artigo 4º, deixa clara a ligação direta entre o fazer jornalístico e a verdade. Figura constante no debate científico sobre o jornalismo, a verdade serve não somente como elemento base para a construção de qualquer código deontológico da área, mas também como pilar das teses que buscam ratificar a importância do jornalismo para a sociedade.

Mesmo com a tradição e o posto de meta máxima do fazer jornalismo, desde o século XIX, o ideal de verdade não passou incólume de críticas. Com frequência, encontramos críticas sobre a impossibilidade de o jornalismo refletir a verdade de forma objetiva e imparcial, tendo como um dos porta-estandartes desta posição as pesquisas da linguagem, em especial as investigações da análise de discurso e da semiótica. Entretanto, em nenhuma dessas críticas da verdade jornalística podemos ver um posicionamento mais aprofundado sobre a constituição dessa verdade.

Desta forma, procuramos colocar a questão da verdade dentro da tradição filosófica ocidental, em especial da epistemologia, campo de estudo responsável por investigar de que forma o homem conhece as coisas. Foi nessa esfera que notamos dois modos de conceituar a verdade que entendemos estarem profundamente ligadas ao fazer jornalismo.

A primeira, que identificamos com a ideia de verdade correspondente ao jornalismo praticado pela grande imprensa no mundo contemporâneo¹, está ligada ao pensamento de Auguste Comte. O filósofo francês é considerado o pai do positivismo filosófico e teve seu pensamento projetado em todo mundo na segunda metade do século XIX, influenciando, desta maneira, diversas ciências e campos do saber que se consolidavam no mesmo período, entre os quais estava o jornalismo. Para Comte, a verdade é algo dado, que é conhecida através da pesquisa imparcial e objetiva do mundo empírico. Assim, bebendo nessa fonte, o jornalismo se fixa até os dias atuais em uma ideia de que a verdade está exposta diretamente para a experiência sensitiva, na qual os únicos responsáveis por suas alterações são as paixões do homem.

Em oposição ao conceito comteano de verdade, temos outra corrente filosófica ainda escassa dentro da ciência atual. Ancorada no pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzs-

¹ Mesmo reconhecendo a existência do jornalismo alternativo como uma forma antagônica no fazer jornalismo, tomamos a grande imprensa, seja no jornalismo impresso, radiofônico, televisivo ou digital, como objeto de análise para este trabalho e é a ele que nos referimos sempre que falamos em jornalismo contemporâneo.

che e tendo no filósofo francês Michel Foucault seu principal expoente no mundo contemporâneo, esta corrente defende a ideia de que a verdade é uma construção sócio-histórica, determinada não por uma estrutura que pré-vêm ao mundo, metafísica, mas por um constante jogo de poder e dominação, que molda constantemente o que os membros de dado grupo social entendem por verdadeiro ou falso.

É ao adotar essa segunda corrente filosófica como parâmetro de base para o estudo do jornalismo contemporâneo que começamos a encontrar resultados contraditórios entre a deontologia do jornalismo e seus efeitos sobre a sociedade na qual está inserido, causados principalmente pelo princípio da objetividade jornalística. Isto é, o jornalista, ao se dedicar a retratar a verdade tal como ele é (objetividade) apresenta a verdade construída pelos grupos dominantes (corrente sócio-histórica), comprometendo uma das funções básicas do jornalismo: ser instrumento de proteção da sociedade dos abusos dos governantes e das instituições e de modificação desta mesma sociedade. Assim, entendemos o jornalismo objetivista como um meio de ratificação e perpetuação do *status quo*.

Na busca de permitir aos leitores uma compreensão mais ampla desses movimentos por nós impetrados no argumento acima, dividimos nosso trabalho em quatro etapas, sendo três de desenvolvimento e uma, final, em que apontamos uma possível saída para esse entrave do jornalismo contemporâneo, priorizando a manutenção de suas funções sociais.

No primeiro capítulo, intitulado “Discurso sobre o jornalismo positivo”, apresentamos um breve relato histórico da consolidação do jornalismo na estrutura com a qual o conhecemos hoje, isto é, tendo a objetividade como princípio básico. A seguir, identificamos esse ideal da objetividade com o pensamento de Auguste Comte, apresentando a influência do filósofo francês sobre o jornalismo até os dias atuais. Em “Assim falava o jornalista”, começamos a traçar os primeiros pontos da verdade como construção sócio-histórica. Fundamentado na obra de Friedrich Nietzsche, tratamos neste capítulo de quatro aspectos da verdade para o filósofo alemão, a saber, a verdade como construção social, a verdade como fundamento/justificativa da moral, a antecipação da moral e da verdade à observação sensitiva e o jornalismo como forma de doutrinação da sociedade, de onde encaminhamos para as considerações do capítulo seguinte: “Microfísica do jornalismo”. Neste terceiro capítulo, continuamos nossos estudos da compreensão do jornalismo sob a ótica da verdade sócio-histórica, tomando como base os estudos do filósofo francês Michel Foucault e desenvolvendo temas como: o método genealógico e o jornalismo, o discurso como construtor da realidade e o jornalismo e a disciplina. Finalizamos nosso trabalho com o capítulo “Prelúdio para um jornalismo do futu-

ro”, com o qual buscamos apontar uma possível saída para que o jornalismo se mantenha como instituição capaz de proteger os indivíduos membros da sociedade onde atuam, ao mesmo tempo em que possibilita sua emancipação.

Por fim, é importante destacar que ao longo dos capítulos nos quais tecemos uma crítica ao fazer jornalístico contemporâneo (“Assim falava o jornalista” e “Microfísica do jornalismo”) buscamos ir além das conjecturas filosóficas, aproximando as conclusões e apontamentos de exemplos retirados do próprio jornalismo.

2 DISCURSO SOBRE O JORNALISMO POSITIVO

2.1 A OBJETIVIDADE E O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

Desde a invenção da máquina tipográfica no século XV, a história do jornalismo sofreu poucas mudanças significativas em seus conceitos e propostas. A principal delas aconteceu no século XIX, estimulada pelo desenvolvimento do capitalismo, pela consolidação da democracia e da imprensa como indústria passiva de lucro.

Entre os séculos XV e XIX, a imprensa se caracterizava por apresentar acontecimentos noticiosos entremeados por um forte posicionamento político, seja na seleção do que é notícia e na forma de redação destas ou nos textos opinativos publicados. Entretanto, com o jornalismo se transformando em um produto lucrativo, seus propósitos e conceitos foram reformulados para atingir um número maior de pessoas, fazendo surgir o que conhecemos hoje como meios de comunicação de massa.

A principal mudança que surgiu nesse período foi a separação entre informação e opinião, com os jornais se baseando, sobretudo, na informação, com a expectativa de não ofender o público heterogêneo que ele visava. “Mais liberto do paradigma dos jornais como armas políticas, com a *penny press*, houve uma maior diversidade de informação. Devido ao objetivo de querer mais leitores, houve a necessidade de obter uma melhor utilização econômica do espaço do jornal, ainda muito limitado” (TRAQUINA, 2005, p. 55).

Com essa nova proposta de jornalismo - que não estava mais ligada à propaganda político-ideológica - o modo de produzir as notícias também sofreu uma grande reformulação. Acompanhado do pensamento reinante do positivismo (como veremos mais detalhadamente a seguir), o jornalismo assume para si o valor de “espelho do mundo”, trazendo a ideia de que apresentava em suas páginas a realidade tal como ela é. E foi na busca de se tornar o espelho do mundo, que o jornalismo assumiu um conceito fundamental no seu desenvolvimento contemporâneo: a objetividade.

Como nos conta Barros Filho (1995), o conceito de objetividade dividiu as opiniões dos teóricos e pensadores do jornalismo moderno, com grupos defendendo sua prática e outros a criticando, alertando sobre a impossibilidade de que a objetividade seja alcançada ou pelo fato dela ser prejudicial ao jornalismo.

Todavia, em meio ao debate sobre a validade e a aplicabilidade da objetividade no jornalismo, a verdade parece servir como uma âncora que prende os dois navios em um mesmo mar agitado. Seja entre os defensores ou os críticos da objetividade jornalística, o paradigma

da verdade permanece intacto. Mas, afinal, o que seria essa informação verdadeira que os jornalistas tanto buscam? O que é essa verdade na qual se baseia a produção jornalística?

Sem uma clara definição da origem e fundamento da verdade no jornalismo, as respostas dadas às outras questões proeminentes do jornalismo contemporâneo, como sua função social, sua deontologia e a profissionalização da categoria, tendem a ser construídas em um terreno sem fundamentos, ficando suscetível a qualquer abalo.

Por isso, propomos-nos a sair da superfície do debate sobre a objetividade e aprofundarmos até a âncora da verdade, revirando não só o solo onde ela está em repouso há mais de um século, mas também apresentar (nos próximos capítulos) um terreno mais firme da verdade, no qual o jornalismo pode se ancorar mais firmemente.

2.2 VERDADE E OBJETIVIDADE: O POSITIVISMO INVADE A REDAÇÃO

Fundada pelo filósofo francês Auguste Comte na primeira metade do século XIX, o positivismo filosófico atingiu seu auge nos últimos anos do mesmo século, se enveredando pelas mais diversas esferas do mundo ocidental moderno, incluindo o jornalismo, que se consolidava como veículo de comunicação de massas. No positivismo, Comte propõe uma sociologia que tivesse como princípio único o empírico e que alcançasse resultados tão incontestáveis quanto os das ciências exatas, fugindo, assim, das explicações metafísicas dos fenômenos sociais. Nessa busca pelo fato social em si, o positivismo se distancia de tudo o que é criado pelo homem, como os juízos de valor. No jornalismo, a influência do positivismo filosófico chega separando o que é fato de opinião.

Surge, assim, com o positivismo, a distinção entre o fato e o juízo de valor, entre o real e a valoração humana do real e entre o acontecimento a ser estudado e a opinião. Essa distinção representou um divisor de águas em outras ciências humanas como o direito, a sociologia, a história, a ética e, conseqüentemente, o jornalismo. Deriva daí a distinção que hoje fazemos entre jornalismo opinativo e informativo. (BARROS FILHO, 1995, p. 22).

E não foi somente na distinção entre fato e opinião que o positivismo contribuiu para o jornalismo. Ao tornar a sociedade um objeto científico, o positivismo trouxe os métodos das ciências exatas para o universo das relações humanas. E o princípio básico desses métodos é a observação neutra e imparcial da realidade, que é apresentada como substituto da observação passional e interessada do mundo.

A lógica especulativa tinha até então consistido em raciocinar, de modo mais ou menos sutil, segundo princípios confusos, que, não comportando nenhuma prova suficiente, suscitavam sempre debates sem resultado. Ela (a nossa inteligência) reconhece de ora em diante, como regra fundamental, que toda proposição que não é estritamente redutível à simples enunciação de um fato, particular ou geral, não nos pode oferecer nenhum sentido real e inteligível. [...] A pura imaginação perde então de modo irrevogável a sua antiga supremacia mental e subordina-se necessariamente à observação, de maneira a constituir um estado lógico plenamente normal [...] (COMTE, 2002).

Além do pensamento positivista, a consolidação da objetividade jornalística no fim do século XIX também esteve ligada a fatores econômicos e tecnológicos.

Com a expansão do jornalismo e o crescimento da publicidade gerado pelo desenvolvimento da sociedade industrial ao longo do século, o jornal se estabeleceu como uma empresa capitalista, capaz de gerar lucros com a comercialização do produto informação, o que passa pelo aumento das vendas. Na busca pelo aumento das tiragens, os jornais se depararam com a necessidade de atender um público mais heterogêneo, ou seja, que não pertencia mais a uma elite, nem compartilhava de um único ideal político. Dessas mudanças veio uma nova forma de fazer jornalismo, o *penny press*, que deixava para trás a função de ferramenta de propaganda político-ideológica, que caracterizava o jornalismo até então, para assumir o papel de fontes informações.

As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião. (TRAQUINA, 2005, p. 36).

Ao lado do aparato comercial e filosófico, o ideal de objetividade jornalística também obtinha suporte e referência do desenvolvimento tecnológico da segunda metade do século XIX. O primeiro desses suportes, lembra Traquina (2005), veio com o advento da fotografia, da qual o jornalismo tomou o padrão de realidade apresentado por uma foto como referência de reprodução da realidade.

Além disso, a ampliação da rede telegráfica, que uniu a Europa aos Estados Unidos, à América do Sul, Japão e China até a década de 1870, fortaleceu as agências de notícia que se propunham a oferecer só os fatos, “sem descontentar leitores e anunciantes (efetivos e poten-

ciais) de cores ideológicas e inclinações partidárias distintas” (BARROS FILHO, 1995, p. 24-25).

Esses fatores fizeram florescer novas técnicas e estilos de escrita que tinham a função de auxiliar o jornalista a produzir um texto objetivo e imparcial, que retratava a realidade de maneira mais fidedigna possível. O *lead* e a pirâmide invertida facilitavam a redação de manchetes, permitia o corte do texto por baixo “sem prejuízo” ao conteúdo e facilitava a leitura.

A redação impessoal, a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes, a comprovação das afirmações feitas, a apresentação das partes ou das possibilidades em conflito (doutrina do equilíbrio) e o uso de aspas garantiriam a necessária imparcialidade informativa. (Ibidem, p. 24).

O novo paradigma da objetividade, combinado com as novas técnicas de redação e estilo, criou a imagem do jornalismo como reflexo da realidade e levou o jornalista a uma categoria próxima à do cientista. Nas palavras de Traquina (2005, p. 52): “A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador”.

Neste mesmo período em que ganha sua estrutura contemporânea, o jornalismo assume um papel de parte fundamental na sociedade. Exemplificando essa mudança de perspectiva da imprensa, Traquina (2005, p. 49) cita o filósofo James Mills, que via no jornal “um instrumento de reforma da sociedade” e o ex-presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, que afirmava ser a liberdade de imprensa parte integrante da democracia. O pesquisador português segue afirmando que:

[...] a teoria democrática apontava para que o jornalismo cumprisse um duplo papel: 1) com a liberdade 'negativa', vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes; 2) com a liberdade 'positiva', fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística. (TRAQUINA, 2005, p. 50).

Passados mais de um século desde seu desenvolvimento, esse paradigma do jornalismo informativo, com seus conceitos de objetividade, neutralidade, imparcialidade, entre outros, continua em voga no mundo contemporâneo, como pode ser comprovado em manuais de redação e estilo de grandes jornais.

No manual de O Estado de S. Paulo, a sessão de “Instruções Gerais” começa orientando o jornalista para ser “**claro, preciso, direto, objetivo e conciso**” (MARTINS FILHO,

1997, p. 15, grifo do autor), na vigésima instrução, o manual ordena que se “faça textos **imparciais** e **objetivos**. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (Ibidem, p. 17, grifo do autor).

Já no Manual da Redação: Folha de S. Paulo, os conceitos de objetividade e precisão aparecem logo na definição de reportagem: “Reportagens têm por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisa sobre fatos, personagens, ideias e produtos relevantes” (2010, p. 24).

Mesmo aparecendo juntas em manuais e teorias, Abramo (2003) aponta que a objetividade pertence a uma categoria diferente dos outros conceitos. A neutralidade e a imparcialidade, assim como as ideias de clareza, precisão e concisão, citadas nos manuais de O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, estão ligados ao campo da ação, isto é, estão relacionados ao modo de fazer e agir do jornalismo e dos profissionais responsáveis pela produção noticiosa.

“O conceito de **objetividade**, porém, situa-se em outro campo, que não o da ação: o campo do **conhecimento**. A objetividade é uma categoria gnosiológica, epistemológica, mais que deontológica ou ontológica” (ABRAMO, 2003, p. 39, grifo do autor). Ou seja, a objetividade se constrói na relação do jornalista/observador com o fato ou fonte observado, podendo ela se dar em maior ou menor grau, mas nunca de forma absoluta.

Essa posição de Abramo é ratificada no manual da Folha de S. Paulo, que no verbete objetividade afirma que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto, editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por posições pessoais, hábitos e emoções” (2010, p. 46). E segue: “Isso não exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza” (ibidem, p. 46-47).

Reconhecendo essa impossibilidade da objetividade, Abramo (2003) aponta três requisitos para fazermos dela algo viável: a) é necessário reconhecer o limite da capacidade humana de apreender o real e que alguns fatores influenciam no momento da captação²; b) é necessário, por parte do jornalista, ter a disposição para alcançar o máximo de objetividade pos-

² Nesse ponto é interessante notarmos a aproximação do pensamento de Abramo sobre a objetividade jornalística com o ideal comtiano de objetividade positiva. O jornalista e sociólogo brasileiro afirma que (2003, p. 30-40) “quanto maior a capacidade de conhecer e colocar sob controle os fatores de subjetividade inerentes à relação sujeito-objeto, maiores as possibilidades de se aproximar de uma captação objetiva da realidade.” Por sua vez, Comte afirma que “a pura imaginação perde então de modo irrevogável a sua antiga supremacia mental e subordina-se necessariamente à observação, de maneira a constituir um estado lógico plenamente normal [...] (COMTE, 2002).

sível; c) por fim, Abramo afirma ser necessário fugir das aparências e focar no objeto como um todo, com suas conexões externas e internas, causas e consequências, sob os mais diversos ângulos e perspectivas.

Destarte, Abramo afirma que é possível um “jornalismo com o máximo possível de objetividade” (Ibidem, p. 41), um jornalismo ligado à informação e que não manipule, seja acidentalmente ou intencionalmente, a realidade.

Percorrendo caminho semelhante, só que desta vez partindo da informação, Barros Filho aponta a ligação da verdade com o jornalismo. O autor afirma que para muitos deontólogos do jornalismo, a verdade é condição fundamental para a informação, sendo que com sua ausência, o processo comunicacional entre o jornalista e o público se rompe.

Para muitos deontólogos, a verdade é condição primeira da informação. Luca Brainovic explica que “a informação é indispensável de sua verdade, da maior exatidão possível e da realidade que transmite ou notifica”. Segue o professor de Navarra: “Se a informação não é veraz, ou se carece da maior exatidão possível, não é informação”. (BARROS FILHO, 1995, p. 38).

Barros Filho também aponta que a verdade, assim como a objetividade para Abramo, é impossível de ser alcançada. Citando Bernard Lamizet, o autor diz que “enquanto componente ideal-típico da informação, a verdade ‘não se pode dizer toda, uma vez que só os objetos podem se esgotar na sua exaustividade. A verdade é um horizonte na direção do qual tende o discurso’” (Ibidem, p. 39).

Por fim, é importante destacar que, mesmo sendo alvo de críticas, a objetividade nunca deixou de ser um ideal deste modo de fazer jornalismo contemporâneo e traz consigo um paradigma de verdade que cresceu sobre o pensamento socrático-judaíco, em que a verdade é algo que está além da fluidez do mundo físico, como algo eterno, imutável e que o homem pode, ao menos, vislumbrar.

3 ASSIM FALAVA O JORNALISTA

3.1 VERDADE E VONTADE DE VERDADE EM NIETZSCHE

Mas, afinal, o que é essa verdade que jornalistas do mundo todo buscam incessantemente e que a população espera encontrar nas páginas de seu jornal pela manhã e nas matérias dos telejornais?

Uma das questões fundamentais que Friedrich Nietzsche colocou em toda sua obra, foi sobre o interesse do homem pela verdade. Nietzsche se perguntava o que levou o homem a desenvolver esse impulso em direção à verdade, o que ele batiza de vontade de verdade. E foi na Grécia, nos séculos IV e V a.C., que o filósofo encontrou sua origem, mais especificamente na figura doente e fraco de Sócrates³.

Para Nietzsche, um indivíduo fraco é aquele incapaz de suportar o sofrimento da existência, necessitando de algo – que pode ser uma verdade, ideal, crença ou outra “autoridade” – em que possa se apropriar para continuar vivendo, algo que lhe dê uma justificativa para seu sofrimento e um sentido para a existência. (VILAS BÔAS, 2009, p. 78).

E o suporte desenvolvido pelo filósofo ateniense foi a verdade, transformando-a em algo bom em si e que, conseqüentemente, deveria ser buscada por todos os homens. Tendo a razão como ferramenta de busca pela verdade, Sócrates dá os primeiros passos em busca de uma justificativa racional para tudo o que acontece no universo. A queda de uma maçã dos galhos da macieira ou o agir do homem seriam comandados por uma verdade que estaria fora desse mundo material e que só poderia ser alcançada saindo dele através da razão.

Caracterizado por esse movimento de dar uma nova vida para o doente (Sócrates e depois toda civilização ocidental), a vontade de verdade está pautada pela busca pelo que lhe é útil, por tudo que lhe vale para manter a vida em meio ao caos presente na existência. Nas palavras de Pimentel (2008, p. 23): “[...] o útil é representado como meio de dominação e esquematização das forças da Terra, como meio de dobrar a natureza aos fins da vontade de regulação, previsão e anulação do mistério e do acaso, de modo que o homem possa se instalar confortavelmente na existência”. E essa ordenação, como um movimento de fuga do caos

³ Filósofo ateniense que viveu no século IV a.C. considerado um dos pais da filosofia ocidental ao deslocar as questões sobre a origem do mundo, características dos filósofos que o precederam, para o homem e seu agir (ética e ontologia). Foi mestre de Platão, que o imortalizou em seus diálogos.

do mundo material, deve vir, necessariamente, de fora desse mundo, como explica o próprio Nietzsche mostrando como pensa o metafísico⁴:

“Como poderia algo nascer do seu oposto? Por exemplo, a verdade do erro? Ou a vontade de verdade da vontade de engano? Ou a ação desinteressada do egoísmo? Ou a pura e radiante contemplação do sábio da concupiscência? Semelhante gênese é impossível; quem com ela sonha é um tolo, ou algo pior; as coisas de valor mais elevado devem ter uma origem outra, *própria* – não podem derivar desse fugaz, enganador, sedutor, mesquinho mundo, desse turbilhão de insânia e cobiça! Devem vir do seio do ser, do intransitório, do deus oculto, da ‘coisa em si’ – nisso, e em nada mais, deve estar sua causa” – Este modo de julgar constitui o típico preconceito pelo qual podem ser reconhecidos os metafísicos de todos os tempos [...] (2005, p. 9-10).

Já no escrito intitulado “Sobre a verdade e a mentira”, Nietzsche apresenta outro viés que também marca essa fuga metafísica. Para ele, a verdade se consolida pela necessidade do homem em encontrar uma unidade que retire os indivíduos de um estado de “guerra de todos contra todos”, para colocá-los em uma vida de paz e em rebanho, em um deslocamento realizado justamente pelo intelecto, que se sobrepõe ao lado intuitivo, voltado para as aparências, para encontrar designações universalmente válidas que são transformadas em “leis da verdade”.

Nesse processo de “pacificação”, o grupo social (muitas vezes designado por Nietzsche como rebanho) começa a construir suas verdades, isto é, “descobre-se uma designação uniformemente válida e impositiva das coisas, sendo que a legislação da linguagem fornece também as primeiras leis da verdade” (NIETZSCHE, 2008, p. 29). É fundamental notarmos que para o filósofo alemão, a linguagem é forjada arbitrariamente, de acordo com a vontade de seus criadores em determinar a relação dos homens com as coisas, sem fazer referência ao objeto sensível. “A ‘coisa em si’ (ela seria precisamente a pura verdade sem quaisquer consequências) também é, para o formador da linguagem, algo totalmente inapreensível e pelo qual nem de longe vale a pena esforçar-se. Ele designa apenas as relações das coisas com os homens e, para expressá-las, serve-se da ajuda das mais ousadas metáforas” (NIETZSCHE, 2008, p. 31).

⁴ É importante lembrarmos que esses metafísicos aos quais Nietzsche se refere são distintos dos metafísicos de Comte. Para o filósofo francês, metafísica era o segundo estágio do homem, um ponto de transição entre as explicações teológicas do primeiro estágio e do estágio final positivo. Já para Nietzsche, metafísica é a busca por verdades universais, grupo no qual se incluía Comte.

Das palavras criadas nessa relação das coisas com os homens, derivam os conceitos, que, para Nietzsche, também têm sua origem no desvio intelectual do homem em busca de um modelo universal para as coisas. Segundo o filósofo (2008), o conceito de folha, por exemplo, é construído no processo de igualação do não-igual, ou seja, da abstração arbitrária das particularidades de cada folha existente em prol daquilo que é tido como comum em todas as folhas, formando uma espécie de molde para todas as folhas.

Mas, como essas escolhas arbitrárias ganham o valor metafísico de verdade? Para Nietzsche, a fixação de conceitos e valores acontece através do esquecimento. Como o homem não tem a capacidade de alcançar a verdade das coisas (a coisa em si, citada acima), ele faz uso das metáforas, que não passam de estímulos sensoriais convertidos em imagens, que são novamente convertidos em sons, que são convertidos outros signos, até que já não apresentem quase ligação nenhuma com o estímulo original. Com o uso secular e inconsciente dessas metáforas por uma sociedade, os indivíduos esquecem sua origem sensível e a assumem como um dogma de verdade.

O que é a verdade, portanto? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longo utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. (NIETZSCHE, 2008, p. 36).

É esse ato de criar conceitos que distingue o homem dos animais, ou melhor, tudo o que garante ao homem seu status de ser superior aos animais vem da capacidade de construir e esquematizar os conceitos em uma estrutura universal, regular e que concerne o certificado de verdadeiro aos seus componentes. Entretanto, como evidencia Nietzsche na citação anterior, essa estrutura de verdade “parecem a um povo consolidadas”, isto é, pertencem unicamente àquele povo que a criou e por ele é defendido e preservado.

Antes de nos aprofundar nessa questão da verdade e de sua antagonista, a mentira, outra expressão merece destaque na passagem do pensador alemão citada por nós. Logo, a primeira definição que Nietzsche dá à verdade é a ideia de “exército móvel de metáforas”. Isso ressalta dois conteúdos importantes dentro do pensamento nietzschiano. O primeiro está ligado à força, representado pelo exército, dos valores e do poder que impregna a verdade. Outro aspecto a ser destacado é a mobilidade dos conceitos, já que sendo eles originados de uma

construção do sujeito a partir de sua relação com o objeto, o conceito pode ser reformulado dentro da história de um povo, como fizeram os judeus:

Os judeus – um povo “nascido para a escravidão”, como diz Tácito, e com ele todo o mundo antigo, “o povo eleito entre as nações”, como eles mesmos dizem e creem – os judeus realizaram esse milagre da inversão dos valores, graças ao qual a vida na Terra adquiriu um novo e perigoso atrativo por alguns milênios – os seus profetas fundiram “rico”, “ateu”, “mau”, “violento” e “sensual” numa só definição, e pela primeira vez deram cunho vergonhoso à palavra “mundo”. (NIETZSCHE, 2005, p. 83).⁵

Desta forma, Nietzsche conclui que a verdade não vai além de um mentir socialmente, ou mentir em rebanho, conforme uma convenção, da qual o homem se mantém fiel pela necessidade que possui de viver socialmente. Por outro lado, a mentira nasce do abuso dessas convenções sociais de forma nociva – em oposição aos efeitos benéficos da verdade.

“[...] o mentiroso serve-se das designações válidas, as palavras, para fazer o imaginário surgir como efetivo [...]. Ele abusa das convenções consolidadas por meio de trocas arbitrárias ou inversões dos nomes, inclusive. Se faz isso de uma maneira individualista e ainda por cima nociva, então a sociedade não confiará mais nele e, com isso, tratará de excluí-lo. Nisso, os homens não evitam tanto ser ludibriados quanto lesados pelo engano. Mesmo nesse nível, o que eles odeiam fundamentalmente não é o engano, mas as consequências ruins, hostis, de certos gêneros de enganos. Num sentido semelhantemente limitado, o homem também quer apenas a verdade. Ele quer as consequências agradáveis da verdade, que *conservam a vida*; frente ao puro conhecimento sem consequências ele é indiferente, frente às verdades possivelmente prejudiciais e destruidoras ele se indispõe com hostilidade, inclusive”. (NIETZSCHE, 2008, p. 29-30).

Nietzsche reforça essa ideia da verdade como aquilo que preserva a vida no parágrafo 4 de “Além do bem e do mal”:

A falsidade de um juízo não chega a construir, para nós, uma objeção contra ele; é talvez nesse ponto que a nossa linguagem soa mais estranha. A questão é em que medida ele promove ou conserva a vida, conserva ou até mesmo cultiva a espécie; e a nossa inclinação básica é afirmar que os juízos mais falsos (entre os quais os juízos sintéticos *a priori*) nos são os mais indispensáveis. (2005, p. 11).

⁵ Nos tempos atuais ainda presenciamos essas inversões de valores, como o abandono – ainda parcial – da expressão “menor” para falar da criança e do adolescente que comete crimes. Como veremos mais detidamente no próximo capítulo, esse processo de mudança de valores no mundo contemporâneo passa substancialmente pela imprensa.

Deste modo, falar a verdade passa a ser um elemento fundamental para a preservação da vida e do indivíduo dentro do grupo social. Falar e agir verdadeiramente transforma-se em falar e agir com retidão em um caminho que leva ao bem “em si” e ao justo “em si”, em outras palavras, a verdade converte-se em moral. “A verdade seria a fachada por trás da qual a intenção moral se traveste de conhecimento, aproveitando-se do maior valor concedido à verdade, para tornar-se inatacável” (CAMARGO, 2008, p. 102).

3.2 A VERDADE COMO FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL

Já no primeiro parágrafo de “Além do bem e do mal”, Nietzsche aponta a mudança de sua pergunta sobre a verdade. O que até era uma filosofia voltada para responder qual a origem da vontade de verdade, passa a se questionar sobre o valor dessa vontade. Por que o homem decidiu encontrar a verdade no lugar de investir suas energias na busca pela inverdade?

A resposta para essa indagação vem no parágrafo seguinte, quando o filósofo aponta a crença dos metafísicos na dualidade do mundo, na “oposição de valores”, o ponto de partida para aquilo que será batizado de verdade. Isto permite a Nietzsche afirmar que:

De fato, para explicar como surgiram as mais remotas afirmações metafísicas de um filósofo é bom (e sábio) se perguntar antes de tudo: a que moral isto (ele) quer chegar? Portanto não creio que um “impulso ao conhecimento” seja o pai da filosofia, mas sim que um outro impulso, nesse ponto e em outros, tenha se utilizado do conhecimento (e do desconhecimento!) como um simples instrumento. (2005, p. 12-13).

Diferente da compreensão contemporânea de moral, que abarca a ética e os bons costumes, o termo tem um conceito mais amplo para Nietzsche. Segundo Paulo César Lima de Souza, em nota de sua tradução de “Além do bem e do mal” (ibidem, p. 214), a moral no sentido nietzschiano envolve os sentimentos, pensamentos e atos dos homens. Logo, ao afirmar que é necessário perguntar para o filósofo à qual moral ele quer chegar com sua verdade, Nietzsche mostra que por trás de cada verdade se esconde o desejo de afirmação ou justificativa de seu autor.

Migrando da filosofia para o jornalismo, é possível exemplificar essa afirmação dentro da prática do jornalismo. Em dezembro de 2012, voltou ao noticiário nacional, em especial da Rede Globo, na qual foi longamente debatida e criticada, a querela jurídica entre o grupo de comunicação argentino Clarín e o governo Cristina Kirchner sobre a Lei de Meios. Tendo

como ponto central da lei o controle das licenças de rádio e televisão, visando a redução dos conglomerados de mídia, o Clarín seria o maior “prejudicado”, já que detém cinco rádios AM/FM, uma rádio online, uma operadora de TV a cabo, cinco canais a cabo, nove canais abertos, sem contar os jornais e revistas, editora, entre outros (ENTENDA, 2012). Tal poderio midiático só encontraria paralelo no Brasil com as Organizações Globo, que controlam 340 veículos de imprensa no país.

São 35 grupos que controlam, ao todo, 340 veículos. E sua influência é forte não apenas sobre o setor de TV. A relação com empresas em todos os estados permite que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca seja distribuído por um sistema que inclui outros 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FMs, 11 OCs, 105 emissoras de TV, 27 revistas, 17 canais e 9 operadoras de TV paga. (GLOBO, 2013).

Assim, é coerente pensar que a verdade apresentada pelos veículos da Rede Globo sobre o suposto abuso do governo argentino sobre o Clarín, esconde uma justificativa para si própria, enquanto conglomerado de mídia, no caso da possibilidade de um projeto de lei similar no Brasil.

Deste modo, nada é impessoal para o filósofo ou para o jornalista. A sua moral (vinculada ao instinto de sobrevivência, que no jornalismo encontra respaldo na aceitação do mercado e na continuidade da concessão pública, no caso de emissoras de televisão e rádio; e do jornalista, que se dobra aos interesses\linha editorial do veículo para a manutenção do emprego e até mesmo do status perante a sociedade) determina o que se designa como verdade, imparcial, objetivo e relevante, seja na construção da notícia ou na diagramação de uma página e construção do espelho dos jornais radiofônicos e televisivos.

Nietzsche dá continuidade a esta linha de raciocínio vertendo o ideal estoico⁶ de ser como a natureza em “viver conforme a minha natureza”:

Na verdade, a questão é bem outra: enquanto pretendem ler embevecidos o cânon de sua lei na natureza, vocês querem o oposto, estranhos comediantes e enganadores de si mesmos! Seu orgulho quer prescrever e incorporar à natureza, até à natureza, a sua moral, o seu ideal, vocês exigem que ela seja

⁶ “Imaginem um ser tal como a natureza, desmedidamente pródigo, indiferente além dos limites, sem intenção ou consideração, sem misericórdia ou justiça, fecundo, estéril e incerto ao mesmo tempo, imaginem a própria indiferença como poder – como *poderiam* viver conforme essa indiferença? Viver – isto não é precisamente querer ser diverso dessa natureza? Viver não é avaliar, preferir, ser injusto, ser limitado, querer ser diferente?” (NIETZSCHE, 2011, p. 14, grifo do autor). É importante notar a semelhança entre as características do sujeito estoico e do jornalista, que nos permite dizer que o jornalista busca reportar conforme a natureza dos fatos.

natureza “conforme a Stoa”, e gostariam que toda existência existisse apenas segundo sua própria imagem. (Ibidem, p. 14).

Tal qual o estoico, o jornalista também vê a natureza (fato noticioso) segundo sua própria imagem. Isto é, acreditando no ideal – e no poder – da objetividade, o jornalista acaba por transpor seus valores (a moral de sua sociedade) sobre os valores dos outros.

Apesar de parecer, de certo modo, um jornalismo mais ligado ao humor, as sessões do tipo “mundo estranho” revelam um pouco dessa transposição de valores e verdades locais em outras sociedades. Observando as matérias publicadas nas editorias “Esquisitices”, do portal R7, e “Planeta Bizarro”, do G1, vemos uma amplitude diversa nos temas abordados, que vão desde fotos de prisão (snapshot) até receitas inusitadas e fotos curiosas. Talvez, o único padrão é a origem das matérias: o exterior. No entanto, algumas matérias locais nessas editorias chamam a atenção ao enquadrar como “bizarro” ou “esquisitice” hábitos culturais ou comportamentos de outrem. Entre diversos exemplos, destacamos a matéria “Briga de perdizes reúne multidão em parque no Afeganistão”, publicada em abril de 2013, que relata o retorno na briga de perdizes ao cotidiano afegão depois de anos estando proibida pelo regime talibã. A matéria do portal das Organizações Globo, aparentemente, é construída com base em material da agência Reuters e não apresenta expressões que opinem sobre a prática, mas ao encaixar uma prática cultural tradicional em uma editoria batizada de “Planeta Bizarro” já denota uma valoração de costumes.

Diferente do que faz o G1, a editoria “Esquisitices” mistura o texto informativo com juízos de valores com maior frequência. Por exemplo, na notícia “Cabeças de rosca: moda bizarra bomba no Japão!”, composta de uma galeria de imagens, encontramos a legenda “A moda se tornou muito comum entre os *esquisitos* do Japão” (2013, grifo nosso), que evidencia o juízo de valor sobre o comportamento de um grupo de jovens japoneses.

Mesmo com esses exemplos indo a certo extremo, quase escapando dos limites da deontologia do jornalismo, essa mesma construção da natureza segundo o que é natural para o observador também está presente em outras editorias e séries documentais como a “Tabu”, do National Geographic Channel.

O efeito dessa prática vai de encontro a um dos princípios do jornalismo: “[...] fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas [...]” (TRAQUINA, 2005, p. 50), uma vez que as verdades que chegam ao leitor são sempre as mesmas, isto é, construídas sobre a moral que ele integra, não apresentando novi-

dades que possibilitem a construção comparativa. Nietzsche aponta o mesmo problema ao falar da prática dos filósofos em “Além do bem e do mal”:

Precisamente porque os filósofos da moral conheciam os fatos morais apenas grosseiramente, num excerto arbitrário ou compêndio fortuito, como moralidade do seu ambiente, de sua classe, de sua Igreja, do espírito de sua época, de seu clima e seu lugar – precisamente porque eram mal informados e pouco curiosos a respeito de povos, tempos e eras, não chegavam a ter em vista os verdadeiros problemas da moral – os quais emergem somente da comparação de *muitas* morais. (2005, p. 74-75, grifo do autor).

Ele completa dizendo que:

O que os filósofos denominavam “fundamentação da moral”, exigindo-a de si, era apenas, vista à luz adequada, uma forma erudita da ingênua *fé* na moral dominante, um novo modo de *expressá-la*, e portanto um fato no interior de uma determinada moralidade, e até mesmo, em última instância, uma espécie de negação de que fosse *lícito* ver essa moral como um problema – em todo caso o oposto de um exame, questionamento, análise, vivissecação dessa mesma fé. (Ibidem, p. 75. Grifos do autor).

Visto sob essa mesma “luz adequada” com a qual Nietzsche analisa o trabalho dos filósofos, o fazer jornalismo se equipara à prática de “fundamentação da moral”. Agindo com objetividade, ele só reproduz a verdade já aceita, a moral já praticada, não se preocupa em permitir aos leitores informações para confrontar a sua realidade, a estruturação social do qual faz parte.

Como foi dito no início deste item, a busca pela verdade esconde o desejo pela justificação de uma moral. Quando o filósofo designa uma verdade, ele age como um senhor, dono de um poder que lhe permite suprimir o que está em oposição ao seu ideal (ao sustentáculo de sua existência). O sujeito criador é também dominador, tirano, como “talvez Kant entre eles, dão a entender com sua moral: ‘o que merece respeito em mim é que sou capaz de obedecer – e com vocês não será diferente!’” (NIETZSCHE, 2005, p. 76), e através da moral ele coage a natureza e a razão, impondo não só um modo de agir, mas também de pensar.

3.3 A FUNÇÃO DOS OLHOS NO JORNALISMO

Platão, mais inocente nessas coisas, e despido da astúcia plebeia, quis, com toda a energia – a maior energia que um filósofo já empregara! –, provar a si mesmo que razão e instinto se dirigem naturalmente a uma meta única, ao

bem, a “Deus”; e desde Platão todos os teólogos e filósofos seguem a mesma trilha [...]. (NIETZSCHE, 2005, p. 80)

Assim, Nietzsche caminha para demonstrar como o instinto – também chamado de “fé” pelos cristãos ou de “rebanho” na expressão do filósofo alemão – domina a ciência. Não são os sentidos os responsáveis pela apreensão do objeto, antes disso, construímos a realidade através de nossa fé, de nossa ficção, com hipóteses “prematuros”. Reproduzimos, antes do contato sensitivo, aquilo com o que já estamos acostumados - aquela “designação uniformemente válida” fruto das “relações das coisas com os homens”, como disse Nietzsche em “Sobre verdade e mentira” (2008, p. 29 e 31) – não a vivência mesma.

Para nosso olho é mais cômodo, numa dada ocasião, reproduzir uma imagem com frequência já produzida, do que fixar o que há de novo e diferente numa impressão: isto exige mais força, mais “moralidade”. [...] Mesmo nas vivências mais incomuns agimos assim: fantasiemos a maior parte da vivência e dificilmente somos capazes de *não* contemplar como “inventores” algum evento. Tudo isso quer dizer que nós somos, até a medula e desde o começo – *habitados a mentir*. (NIETZSCHE, 2005, p. 81. Grifo do autor).

Talvez esse seja um dos pontos mais conflitantes do pensamento nietzschiano com o ideal de objetividade jornalística. Mesmo levando em conta o reconhecimento, dentro da teoria do jornalismo, de que a objetividade é um ideal que deve nortear a ação do jornalista, afirmar que é “mais cômodo, numa dada ocasião, reproduzir uma imagem com frequência já produzida” e que “fantasiamos a maior parte da vivência” desconstrói, quase que em sua totalidade, a possibilidade da objetividade.

Como seria possível relatar um fato, por essência singular, se ao observarmos, só trazemos de volta aos nossos olhos aquilo que eles já viram antes? Provavelmente, os defensores mais ferrenhos da objetividade poderiam contra argumentar, dizendo que, no caso de Nietzsche estar certo, nossas experiências estariam reduzidas a um pequeno número e não poderíamos sequer imaginar a existência do singular.

Porém, a tese nietzschiana não pretende excluir a ideia do singular, ao contrário, ele afirma que a experiência singular é, previamente, carregada de moral. Da mesma forma que designamos uma folha de acordo com o que arbitrariamente conceituamos uma folha, interpretamos os olhos semicerrados acompanhados das extremidades dos lábios voltadas para baixo com tristeza ou a gargalhada como sinal de felicidade e alegria. Isto é, aplicamos todo o nosso repertório social no ato singular.

No jornalismo, os “olhos cômodos” do jornalista influenciam sua observação em diversos aspectos. Dentre os inúmeros exemplos, o famoso “Caso Escola Base”, quando jornalistas dos mais variados veículos de comunicação – em sintonia com a opinião pública – acusaram os sócios da Escola de Educação Infantil Base de pedofilia e abuso sexual contra as crianças, mostra como somos encobertos por um véu, acreditando em esquemas previamente construídos. Recentemente, a imprensa nacional quase caiu nesse mesmo erro ao rebatizar o Cartão Recomeço⁷ de “Bolsa Crack” e fazer alusão – sobretudo em títulos como “Bauru terá ‘bolsa crack’ para usuário” (LOUSADA, 2013), entre outros – que o valor pago pelo estado iria para o usuário. Tal fato foi corrigido rapidamente com a adoção da expressão “bolsa anti-crack” e a explicação da função social do projeto.

Como mostra da amplitude desse efeito, o jornalismo esportivo também pode servir de exemplo, em especial na cobertura do atleta Neymar, do Santos. Quando começou a despontar no futebol nacional, o atleta ganhou a fama de “cai-cai”, sendo criticado por adversários e ex-jogadores por tentar simular faltas em demasia. Entretanto, com o passar dos anos, e do crescimento da figura do Neymar na mídia, a imprensa esportiva criou uma imagem de que o jogador santista era “caçado” em campo: “Na vitória do Santos por 2 a 0 sobre o Bragantino, Neymar não brilhou, mas apanhou *como de costume*” (FEOLA, 2012). O trecho final da primeira oração da matéria “Neymar apanha, ouve ‘benção’ de zagueiro do Bragantino e ironiza”, por nós destacado, mostra como o repórter aceita a imagem construída de um Neymar que é vítima e que apanha nos jogos, principalmente, ao completarmos a leitura da matéria e não encontrarmos referências estatísticas sobre as agressões.

3.4 O HOMEM OBJETIVO É O HOMEM DE REBANHO

A ideia de rebanho é peça-chave para a compreensão do que Nietzsche entende por homem moderno. O processo de “pacificação” instaurado junto com a construção da verdade (como explicamos no item 3.1) e a consolidação da tradição socrático-judaica desenvolve no homem um sentimento de anulação de si, no qual seus desejos, paixões, opiniões e atos são determinados pela obediência a uma moral.

⁷ O Cartão Recomeço foi apresentado oficialmente no dia 9 de maio pelo Governo do Estado de São Paulo como um projeto para custear o atendimento de dependentes químicos em clínicas e entidades credenciadas.

Na medida em que sempre, desde que existem homens, houve também rebanho de homens (clãs, comunidades, tribos, povos, Estados, Igrejas), e sempre muitos obedeceram, em relação ao pequeno número dos que mandaram – considerando, portanto, que a obediência foi até agora a coisa mais longamente exercitada e cultivada entre os homens, é justo supor que via de regra é agora inata em cada um a necessidade de obedecer [...]. (NIETZSCHE, 2005, p. 85).

Dessa necessidade de obediência Nietzsche sinaliza três características através das quais podemos compreender mais claramente a posição do jornalismo no mundo contemporâneo:

- 1) Na busca de saciar essa necessidade de obedecer, o homem moderno se agarra, “conforme sua força, impaciência e tensão, de modo pouco seletivo, como um apetite cru, e aceita qualquer mandante – pais, mestres, leis, preconceitos de classe, opiniões públicas – lhe grita ao ouvido” (Ibidem, p. 85);
- 2) A cultura de rebanho desenvolveu no homem uma desvalorização na “arte de mandar”. Por isso, os que mandam se mascaram sob a herança histórica, oriunda dos ancestrais, das leis ou de Deus, para não sofrerem de uma má consciência por darem ordens e serem independentes;
- 3) Do outro lado, a desvalorização do mandar, faz com que “o homem de rebanho se apresente como a única espécie de homem permitida, e glorifica seus atributos, que o tornam manso, tratável e útil ao rebanho. Como sendo as virtudes propriamente humanas” (Ibidem, p. 86).

Com a ampliação do espectro social, que se encontra cada vez mais distante dos pequenos grupos sociais, como comunidade, igreja ou classe, o jornalismo se torna um dos principais pilares nos quais a necessidade de obedecer do homem se ata. É no jornalismo que o homem moderno – de rebanho – encontra seu mandante, centralizador da opinião pública sob as estruturas da lei e da razão. Destarte, o jornalista se configuraria na figura do mandante.

Mas como, dentro da cultura de rebanho, um homem poderia se proclamar um sujeito mandante? Quem seria o jornalista, um homem vindo da sociedade que por ela trabalha, para falar aos seus iguais o que fazer, como ser “manso, tratável e útil ao rebanho”? Longe de poder se defender de sua má consciência através de uma herança histórica – afinal, o jornalismo

é por essência factual - o jornalismo encontra a via da ciência, em especial do ideal científico do positivismo: a objetividade.

Esse comportamento de mandante do jornalista também leva ao terceiro apontamento de Nietzsche, sobre a valorização do homem de rebanho. Exemplo não muitas vezes evidente dessa função de amansar o homem⁸, as matérias de saúde, de modo geral, trazem como fundamento valores verdades de uma sociedade, construídos sobre o ideal do homem de rebanho, sobretudo na ideia de um indivíduo “útil ao rebanho”, produtivo e calmo.

Podemos ilustrar esse caso com as duas matérias publicadas no Jornal da Cidade, de Bauru, no dia 20 de fevereiro de 2011, sobre o sono. Ao abordar a questão da retomada da rotina de acordar cedo por crianças que acabaram de voltar às aulas na matéria “Bom sono depende de disciplina e não dos ponteiros do relógio”, o repórter Luiz Beltramin escreve:

O mais importante para se dormir, de acordo com especialistas, é não trocar o dia pela noite e aproveitar o período para fazer o que nosso corpo está naturalmente programado, ou seja, simplesmente dormir, receita José Knoplich, médico da Sociedade Brasileira do Conforto ao Dormir. [...] “A pessoa fecha os olhos mas não dorme bem. Tem pesadelos, inquietações, falta de ar. Sente sonolência e dificuldade para acordar na hora em que estava programado. Quando vai para a escola não consegue aprender o que está ensinado. São resultados do desequilíbrio no relógio biológico”, acentua. Irritabilidade e até mesmo fragilidade – “se a criança pratica algum esporte, por exemplo, a musculatura e reflexo ficam alterados, tornando-a mais vulnerável, acrescenta o médico, que é reumatologista -, são outros reflexos negativos da precariedade do sono, em qualquer idade, reforça. “Com operários há maior risco de acidentes”, exemplifica. (BELTRAMIN, p. 8).

Na página ao lado, em “Quem dorme mal ganha mais peso”, Beltramin aponta o elo entre a qualidade do sono e outro fator combatido pela sociedade contemporânea: a obesidade, antes de reforçar os valores apresentados na primeira matéria.

Além de não conseguir o descanso pleno, quem dorme menos de seis horas, salienta, tem mais propensão a comer mais e conseqüentemente ganhar peso. “O metabolismo funciona conforme o tempo de sono”, conceitua. “De forma que o apetite aumenta, cresce também o volume abdominal. Uma coisa leva a outra e tudo está relacionado com a qualidade ruim do sono”, relaciona a médica, citando a possibilidade de doenças ligadas à obesidade tendo como raiz o fato de dormir mal. A especialista ressalva que nem todo mundo engorda porque dorme mal, varia muito conforme a configuração genética de cada organismo. Entretanto, contrapõe Cibele, outros reflexos negativos, que

⁸ Sobre isso, ver o item 4.3, sobre a disciplina em Foucault e seu efeito no jornalismo.

também se somam males piores, como irritabilidade, dificuldade de atenção e falta de disposição, podem surgir quanto menos se dorme. (Ibidem, p. 9).

Nestes dois exemplos, podemos ver como a ordem subentendida na reportagem (dormir bem), apresenta uma doutrina, indicando que a má qualidade do sono pode deixar o sujeito menos produtivo ao mesmo tempo em que fica menos manso e tratável, ao se comportar de forma irritadiça e desatenta ao que lhe é ensinado.

Esta valorização do homem de rebanho também traz outra implicação, que Nietzsche apresenta no parágrafo 207 de *Além do bem e do mal*: o desenvolvimento do espírito objetivo. E nesse novo sujeito encontramos muito do ideal do jornalista contemporâneo. Ele é cético, não toma partido (“Sim! e Não! – isto repugna à sua moral” [NIETZSCHE, 2005, p. 100]), não profere juízo de valor, não formula hipóteses, é um doente, nas palavras do filósofo alemão: “Para se engalantar e enganar, essa doença dispõe dos mais belos trajés; e a maior parte, por exemplo, daquilo que hoje se expõe nas vitrines como ‘objetividade’, ‘cientificidade’ ‘*l’art pour l’art*’, ‘conhecimento puro, livre da vontade’, é apenas ceticismo ornamentado e paralisia da vontade” (Ibidem, p.100-101).

O homem objetivo, que já não amaldiçoa e xinga como o pessimista, o erudito *ideal*, no qual o instinto científico vem florir por inteiro, após mil malogros totais e parciais, é seguramente um dos instrumentos mais preciosos que existem: mas isto nas mãos de alguém mais poderoso. Ele é apenas um instrumento; digamos que é um *espelho* – não uma ‘finalidade em si’. O homem objetivo é de fato um espelho: habituado a submeter-se ao que quer ser conhecido, sem outro prazer que o dado pelo conhecer, ‘espelhar’ [...]. O que lhe restar ainda de ‘pessoa’ lhe parece casual, não raro arbitrário, com frequência perturbador: de tal modo se tornou reflexo e passagem de formas e acontecimentos alheios” (Ibidem, p. 97. Grifos nossos).

Desta forma, reencontramos no jornalista aquele mesmo sujeito presente nas primeiras teorias do jornalismo, que também trazia consigo a alcunha de Teoria do Espelho, entretanto, esse espelho, colocado perante o pensamento nietzschiano, mostra um profissional sem personalidade, desfigurado e tratado como instrumento dos donos do poder, representados por aqueles que fundam a moral e a verdade (como visto neste capítulo) e das instituições que trabalham para a manutenção do poder, como o próprio jornalismo, assunto do próximo capítulo.

4 MICROFÍSICA DO JORNALISMO

Friedrich Nietzsche encontrou eco 60 anos depois de sua morte na obra do filósofo francês Michel Foucault. Assumidamente leitor de Nietzsche, Foucault adotou o filósofo alemão como interlocutor, redefinindo seu pensamento como um método para sua pesquisa filosófica de revirar verdades históricas em busca de uma genealogia filosófica.

Atuando, de certo modo, como um atualizador do pensamento nietzschiano para o mundo contemporâneo, a obra de Foucault imbrica-se à nossa pesquisa para dar um segundo alicerce ao projeto crítico da verdade no jornalismo que empreendemos. Enquanto no capítulo anterior, buscamos ressaltar as implicações éticas da concepção de verdade jornalística, neste capítulo, a proposta é desenvolver os aspectos do poder sobre a verdade. Para tanto, dividimos o trabalho em três aspectos, a saber:

- 1) A verdade e a história, sobre as concepções de Foucault de verdade, do método genealógico e da história tradicional;
- 2) A problemática do discurso e como o discurso atua na construção da realidade; e
- 3) Disciplina e poder, no concernente ao controle que a disciplina exerce sobre o corpo e o ato dos homens.

4.1 A VERDADE E A HISTÓRIA

Com o título “Nietzsche, a genealogia e a história”, o segundo ensaio presente no livro *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault é, possivelmente, o ponto mais evidente da proximidade entre o pensamento do filósofo francês com seu antecessor alemão. Com o objetivo de detalhar o método genealógico elaborado por Nietzsche, Foucault vai além do trabalho de historiador e de comentador para apropriar-se do método e atualizá-lo, colocando-o defronte a novas questões e problemas.

Indo além da identidade metodológica, a proximidade entre os dois pensadores também está presente em conceitos compartilhados, como o entendimento da verdade como fruto de um processo histórico. Para Foucault, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (2012, p. 52). Assim, como acontece no pensamento nietzschiano (visto no capítulo anterior), a verdade é retirada

do plano metafísico e transportada para a estrutura social enraizada nas questões do poder, ou seja, como as instâncias de poder selecionam os discursos verdadeiros e falsos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Ibidem, p. 52).⁹

É reconhecendo a verdade como produto histórico que Foucault (2012) recorre ao método genealógico. Comentando as obras de Nietzsche, o filósofo francês destaca o uso de três palavras alemãs: *Ursprung* (origem), *Herkunft* (proveniência) e *Entstehung* (de onde emerge), opondo o primeiro aos dois últimos.

Utilizado de forma irônica por Nietzsche, o *Ursprung* é associado à pesquisa metafísica da verdade, que busca na origem das coisas um surgimento espontâneo e desinteressado, sua mais pura essência, imóvel e livre das interferências “mundanas”. Contudo, a genealogia não procura no eterno e imutável a origem dos valores e das coisas, como ensinou a herança platônica da filosofia. Fechando os olhos metafísicos, o genealogista não se encontra mais ofuscado pela luz divina originária e se permite ouvir a história da construção das verdades, vinda de baixo, dos homens, como bem salienta Foucault (2012, p. 59):

A alta origem é o “exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial”: gosta-se de acreditar que as coisas no início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-las se canta sempre um teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases.

Negando a via do *Ursprung*, todos os valores e conceitos se encontram submetidos às forças, paixões, interesses e vontades dos indivíduos que cruzaram a sua história. Assim, torna-se necessária – na arguição filosófica – a busca pela configuração histórica dos valores e

⁹ A medicina é um exemplo dessa política geral de verdade. Na sociedade ocidental contemporânea, a medicina tradicional (desenvolvida dentro dessa sociedade) é soberana perante as outras formas de medicina, relegando a esses uma posição inferior, de não qualificados, pois não se encaixam nas técnicas e procedimentos aceitos.

conceitos. Nessa busca, pautada pela genealogia, Foucault encontra dois caminhos: o *Herkunft* e o *Entstehung*.

Entendido como proveniência, *Herkunft* está associado ao grupo social de onde vieram os valores, em um movimento de reconstrução histórica que não busca a origem, senão o percurso e, principalmente, as marcas das disputas, erros e acertos, mostrando que nossos valores não estão ligados com a verdade, mas com o acidente.

Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas –, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir a raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (Ibidem, p. 63).

Por fim, cabe ressaltar que *Herkunft* encontra seu lugar no corpo, os acontecimentos que constituem a raça deixam marcas no corpo (como uma “perigosa herança”, como diria Foucault (2012, p. 63), moldando comportamentos, gestos e a estrutura fisiológica dos indivíduos, nas palavras de Cláudio Lúcio Mendes (2006, p. 170): “A proveniência é aquilo que nos baliza, marcando nossos corpos de determinadas formas”.

Ao ponto no qual *Herkunft* se inscreve no campo história-corpo, o outro caminho da genealogia, o *Entstehung* (emergência), se desenrola no campo do saber-prático, sendo “o princípio e a lei singular de um aparecimento” (FOUCAULT, 2012, p. 65). Entretanto, ao contrário do que propõem os metafísicos, o *Entstehung* não tem seu fim determinado desde o momento de seu surgimento, ele emerge de um jogo de forças, no qual valores e conceitos se enfrentam e submetem-se uns aos outros.

A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude. [...] Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens dominam outros homens, e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade. (Ibidem, p. 68).

Tentando se fixar, a dominação estabelece rituais, procedimentos, regras e obrigações vazias e não finalizadas que visam, unicamente, um determinado fim, posto pelo dominante. E são justamente essas regras que estão em disputa no *Entstehung*. Um confronto violento entre dominados e dominantes em busca da violação das regras vigentes para impor, por substi-

tuição, reposição, deslocamento, conquista e inversão (FOUCAULT, p. 70), um novo esquema de regras.

O reconhecimento desse jogo de forças permite a Foucault (2012) reposicionar o devir da humanidade na própria história da humanidade. Isto é, enquanto para os metafísicos o devir só poderia ser traçado na busca por uma significação oculta da origem, a genealogia reconhece a interpretação como o apoderar-se de um sistema de regras e submetê-lo a um novo sistema.

Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. (Ibidem, p. 70).

A pesquisa genealógica, seja por *Entstehung* ou por *Herkunft*, se opõe à história tradicional, com o que Foucault (2012) chama de história “efetiva”. Fazendo referência a Nietzsche, o filósofo afirma que a história “reintroduz o ponto de vista supra-histórico” (Ibidem, p. 71), agrupando toda diversidade existente em um tempo, reduzindo-a a uma história na qual podemos nos reconhecer em qualquer momento do passado. Isso ocorre pois os historiadores constroem sua ciência com princípios fora do tempo: “uma verdade eterna, uma alma que não morre, uma consciência sempre idêntica a si mesma” (FOUCAULT, p. 71). Assim, acreditamos (e buscamos) o nosso presente como a causa lógica e necessária de uma história contínua, já traçada desde os primórdios, na qual é possível nos reencontrarmos, seja em verdades ou nos homens.

Na procura por uma objetividade científica, o historiador se coloca no ponto mais alto da história, já que “uma das características da história é a de não escolher: ela se coloca no dever de tudo compreender sem distinção de altura; de tudo aceitar, sem fazer diferença” (Ibidem, p. 77). Porém, esse posicionamento reduz tudo ao mais baixo denominador, criando um discurso demagogo de que nada é maior que o presente.

Mas essa demagogia é hipócrita. Deve esconder o singular rancor sob a máscara do universal. E assim como o demagogo deve invocar a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador deve invocar a objetividade, a exatidão dos fatos, o passado inamovível. [...]; o historiador é levado ao aniquilamento da própria individualidade para que os outros entrem em cena e possam tomar a palavra. [...] E nesse mundo em que ele terá refreado sua vontade individual ele poderá mostrar aos outros a lei inevitável de uma vontade superior. (FOUCAULT, 2012, p. 78).

Desta forma, a objetividade do historiador é a sobreposição de um querer sobre o saber (o querer se anular, sobre o saber histórico efetivo), reinserindo na história a crença na Providência e na teologia.

4.1.1 O jornalista como historiador

Compartilhando a objetividade como um de seus princípios, o jornalismo se identifica com a história tradicional descrita por Foucault (2012). Como um historiador do contemporâneo, o jornalista vê o acontecimento como parte de uma continuidade ideal, parte de um processo mecânico. O acontecimento, segundo Foucault, é o momento singular da inversão de forças e domínio em um determinado campo de batalha.

E preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento. (Ibidem, p. 73).

Isto posto, o jornalista deve entender o acontecimento como um ponto emergente do conflito, o *Entstehung*, no qual dominados buscam subverter o esquema de força vigente. Como é possível notar na cobertura da invasão ao Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2010, o jornal O Globo descreveu os momentos que antecederam a ação militar com dados numéricos sobre a força oficial (composta pela Polícia Militar, Polícia Federal e Forças Armadas), procedimentos realizados por essa força (revistas e ultimato para rendição dos traficantes) e resultado parcial da operação (presos até o momento).

Poucas horas após a edição dominical do jornal carioca entrar em circulação, a invasão da força oficial foi iniciada, resultando em pouca resistência dos traficantes, sendo finalizada

em menos de duas horas. No dia seguinte, a Folha de S. Paulo dedicou a capa e as cinco páginas seguintes do caderno Cotidiano à cobertura da ocupação, trazendo relato da rápida ocupação, números da operação, fatos curiosos, possível motivo para a baixa resistência, entrevista com o mediador da rendição, declarações de representantes do governo estadual e federal, dos moradores da região (do Complexo e dos arredores) e análises de fontes especializadas, sempre acompanhados de fotos e infográficos. Uma ampla cobertura da batalha.

Entretanto, o acontecimento, no sentido foucaultiano, não ganhou as páginas do jornal paulista. As matérias não mostram se ocorreu uma inversão de valores (*Entstehung*) decorrentes do confronto, se os valores enraizados nos moradores do Complexo pela “opressão e controle do tráfico” são substituídos pela “liberdade e cidadania” representadas pela bandeira nacional hasteada no topo da favela.

Na matéria “Moradores falam de excesso de policiais”, a repórter Fabia Prates, da Folha, chega ao limiar dessa questão, mostrando que apesar de verem a ação como positiva, os moradores ficam acuados e com medo da presença da polícia. “Por volta das 13h, um homem de aproximadamente 50 anos chorava nas imediações do ponto de apoio da polícia, em um dos acessos à favela. Ele se disse indignado por chegar em casa e encontrar o espaço revirado” (PRATES, 2010). A oposição entre a inversão do jogo de forças só aparece de forma mais evidente em outra matéria, da mesma página, que relata a reação dos moradores da Zona Sul: “‘O aplauso para o pôr do sol hoje vai ser dedicado aos policiais que subiram o morro. O Rio ganhou um novo bairro, até a semana passada a região da Penha não pertencia à cidade’, afirma a psicóloga Rosana Pimentel” (GALVÃO, 2010).

Outro ponto de aproximação entre o jornalista e o historiador tradicional é a visão metafísica da realidade. Analisando o hoje como um momento no caminho a um determinado fim, o jornalista acaba por atribuir valores inexistentes a alguns fatos.

Caso relevante dessa atribuição metafísica de valores foi a cobertura da Primavera Árabe – em especial nos países onde a revolta foi mais divulgada, como Tunísia (epicentro das manifestações), Egito (ápice da revolta) e Líbia (estado de guerra civil com participação internacional). Observando matérias produzidas em três momentos distintos, a saber:

- 1) Renúncia do presidente egípcio Hosni Mubarak (SALEC, 2011);
- 2) Um ano de regime militar no Egito (EGÍPCIOS, 2012); e
- 3) Decepção por uma revolução infrutífera após dois anos (DECEPÇÃO, 2012),

notamos que os valores democráticos, característicos dos países ocidentais impregnam as matérias como se esse fosse o fim lógico de uma sociedade após a queda de governos ditatoriais.

Como evidencia a matéria “Após renúncia, Cairo tenta voltar à rotina; futuro do Egito é debatido”, publicada pela BBC Brasil, em fevereiro de 2011, o povo egípcio clamava por um governo democrático após três décadas de governo sob a ditadura de Mubarak:

Um dos expoentes da oposição, Mohamed ElBaradei, ex-chefe da Agência Atômica da ONU, disse à BBC que sentiu "alegria e euforia" porque, “após anos de repressão, o Egito finalmente foi libertado e colocou-se no caminho para um país de democracia e justiça social”. (SALEC, 2011).

Com a queda de Mubarak, a *Entestehung* da Primavera Árabe egípcia é alcançada e os valores ditatoriais são substituídos por uma vontade de democracia. Um ano após, o Egito permanece com sua política instável, com um governo militar se estendendo indefinidamente e o conflito deixa de estar na oposição entre ditadura e democracia, e se transforma na querela da troca de um governo militar para um governo misto, como mostra a matéria publicada pelo O Estado de S. Paulo, em 10 de fevereiro de 2012:

Milhares de egípcios marcharam até o Ministério da Defesa nesta sexta-feira, 10, a fim de exigir que os generais entreguem o poder, um dia antes de uma greve convocada por ativistas para marcar o primeiro aniversário da queda do presidente Hosni Mubarak. [...] Embora não tenha se envolvido nos protestos, a Irmandade Muçulmana pediu que um governo de coalizão substitua o militar e criticou a atitude do governo no caso de violência no estádio de futebol de Port Said, onde ao menos 74 pessoas morreram. (EGÍPCIOS, 2012).

Quase um ano e meio após a queda do regime de Mubarak, o Egito conheceu seu primeiro presidente eleito em junho de 2012. Mohammed Mursi, candidato da Irmandade Muçulmana, assumiu o cargo e trouxe um novo conflito entre o povo egípcio. O estado, anteriormente laico¹⁰, agora ganhava um presidente de um partido islamita fundamentalista. Com a promulgação (em referendo) da nova constituição, baseada na *Sharia* – a Lei Islâmica – a cisão entre egípcios muçulmanos e egípcios seculares e cristãos tomou conta do país, deixando de lado a questão da busca por uma democracia. Porém, matérias como “Decepção se estende entre os países da Primavera Árabe”, publicada no portal G1, em 18 de dezembro de

¹⁰ Na política internacional, o principal alarde com a vitória da Irmandade Muçulmana era com relação aos tratados políticos entre Egito e Israel, porém, como mantemos o foco na *Entestehung* do povo egípcio, não vamos entrar nessa questão de política internacional.

2012 (DECEPÇÃO, 2012), e “Protestos após dois anos da queda de Mubarak deixam dezenas de feridos”, publicado no Opera Mundi, em 11 de fevereiro de 2013, mostram que os jornalistas ainda mantêm o discurso democrático como mote do conflito egípcio, deixando de caracterizar como um conflito de valores religiosos (muçulmanos *versus* seculares e cristãos).

Na matéria do Opera Mundi (construída com informações da EFE, Reuters e Al Jazeera) notamos a preferência por destacar a busca por uma nova constituição e justiça social:

A oposição egípcia organizou a jornada de manifestações, no Cairo e em outras províncias, para comemorar a derrocada de Mubarak, pedir a renúncia do atual presidente, Mohamed Mursi, além de pedir uma nova Constituição e "justiça para os mártires", depois que os confrontos mais recentes deixaram mais de 50 mortos no país norte africano. "No segundo aniversário da renúncia do ditador (Mubarak), já é o momento adequado para que as forças revolucionárias consigam suas exigências de liberdade e justiça social e para que se unam em uma só frente que lidere a revolução rumo à vitória", segundo a nota dos principais grupos de oposição. (PROTESTOS, 2013).

Já no portal da Rede Globo, o texto busca evidenciar o fator político da crise no Egito:

O Egito nunca esteve tão dividido como desde que o presidente islamita Mohamed Mursi tentou atribuir a si mesmo novos poderes. Pressionado por uma parte da população, Mursi renunciou a isso, mas manteve um referendo sobre a Constituição redigida por islamitas e impugnada pela oposição. As manifestações de protesto contra as intenções do presidente foram violentas, com derramamento de sangue, o que agrava a tensão no país. Por causa dos problemas políticos, o pedido de ajuda de 4,8 bilhões de dólares que o Egito fez ao Fundo Monetário Internacional (FMI) está congelada pela decisão do Cairo. (DECEPÇÃO, 2012).

Apesar da importante presença da disputa religiosa na virada do ano de 2012 para 2013 no Egito, os veículos citados mantêm, na construção da notícia, a visão de uma “necessidade eterna” ou de uma “lei fundamental” no ideal ocidental de um estado laico e democrático na história.

4.2 A PROBLEMÁTICA DO DISCURSO

É inerente à questão da verdade, sobretudo quando falamos de jornalismo, a preocupação a respeito da relação que ela estabelece com o discurso. A questão do discurso, para Foucault, vai além das disputas entre os defensores da transparência ou da opacidade do mesmo, isso porque, o discurso é objeto de poder e, antes disso, objeto de construção da realidade.

Nomear é isolar campos, é instrumento *não de representar o mundo como ele é*, mas de recortar: arrancamos uma parte do humano e a instituímos num outro tipo de existência, que se presta a hierarquizações, a inserções ou exclusões no plano social. O conjunto das nomeações tem como efeito a apresentação do mundo como ele deve ser visto, a saber, a aquiescência à existência, e a um tipo de existência, a partir do *ser* nomeado. [...] dar nomes às coisas é ordenar o mundo, é instituir os parâmetros pelos quais o vemos, é legislar e, sobretudo, socializar-se, socializando-o. (GOMES, 2004, p. 11-12).

Em sua aula inaugural no Collège de France, ministrada no dia 2 de dezembro de 1970, e publicada em 2010 com o título “A Ordem do Discurso”, Foucault demonstra essa preocupação com os efeitos de um discurso que, mesmo sendo efêmero e aparentemente inocente, está investido de poder.

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Para o filósofo francês, a construção social do discurso utiliza de certos procedimentos (que veremos detalhadamente a seguir) para determinar quais discursos são válidos e quais são relegados ao campo da loucura, da mentira e da inexistência. Fomentado por essa capacidade de construir o mundo, o discurso se confunde com a verdade e torna-se, também, objeto de disputa.

Ao elencar os procedimentos utilizados para a exclusão dos discursos, Foucault (2010) aponta inicialmente para o mais evidente deles, a interdição. Estabelecendo quem, quando e onde um discurso pode ser pronunciado, a interdição atua em duas vias no jornalismo contemporâneo.

Quando o jornalista toma para si o direito de informar a sociedade, evocando critérios como objetividade, imparcialidade, precisão, entre outros, ele busca interditar outros discursos informativos. Exemplo disso é o choque crescente entre os veículos tradicionais e os *blogs* ou rede sociais. Perdendo espaço para a velocidade e amplitude de uma rede que alcança, teoricamente, todo o território ocupado, os meios tradicionais (e suas peças moleculares, os jorna-

listas) jogam com o ritual da circunstância (apuração) e o direito privilegiado ou exclusivo de quem fala (formação e ofício) para negar o valor informativo dos meios não tradicionais, haja vista que o discurso jornalístico apresenta-se como uma forma de discurso outorgado socialmente pelas instituições e pelos indivíduos.

Em um movimento paralelo, o jornalismo também faz uso da interdição para excluir outros discursos, em nome da objetividade. O uso de fontes oficiais e especializadas, como economistas, pesquisadores e historiadores coloca à margem o conhecimento dito “popular”. Nesse caso, é mais fácil reconhecermos os três tipos de interdição mencionados por Foucault (2010, p. 9): tabu do objeto, ou seja, quando determinado assunto é excluído ou colocado como periférico na produção jornalística, como o caso comentado por Mayra Rodrigues Gomes, em seu livro “Jornalismo e filosofia da comunicação”, em que aponta o uso do termo “ex-namorada” para Adriana, caso extraconjugal do então senador Antônio Carlos Magalhães em 2003¹¹; no ritual da circunstância, não se pode falar de tudo em qualquer lugar, como o caso de coberturas de suicídios; e direito privilegiado de quem fala, como a busca por fontes oficiais em casos policiais (onde o que vale é o que está no boletim de ocorrência, não, necessariamente, a versão dos envolvidos)¹².

Esse último tipo de interdição também está diretamente ligado ao outro tipo de exclusão apontado por Foucault: a separação e rejeição, em um procedimento que identifica o que é verdadeiro e falso, baseado, sobretudo, na autoridade de quem fala. E, como apontam Sabrina Franzoni, Daiane Bertasso Ribeiro e Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa (2011), no artigo “A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso”, o direito de fala é ligado em sua maioria às elites do poder. Tal posição é ratificada pelas autoras, fazendo referência ao trabalho de Léon Signal, que “mostrou que a maioria das matérias de primeira página dos dois principais jornais norte-americanos, o *New York Times* e o *Washington Post*, eram fortemente inspiradas por fontes governamentais” (Ibidem, p. 50). Assim, as autoras concluem que:

Podemos inferir a partir desses estudos e conforme a ótica de Foucault que as fontes oficiais, que na maioria das vezes detêm o poder econômico e político, contribuem para a instauração de uma ordem discursiva, que será a predominante no campo jornalístico. A detenção do poder, neste caso, lhes assegura um lugar privilegiado na esfera jornalística, que se torna dessa maneira reprodutora de uma visão hegemônica. Esse retrato da realidade

¹¹ Mais em Gomes(2004, p. 12).

¹² Neste caso, abre-se uma exceção para casos de violência policial, mas ainda assim, são casos escassos e pontuais, como podemos verificar na pouca cobertura investigativa dada aos casos de “resistência seguida de morte”, recentemente substituída por “morte decorrente de intervenção policial”.

social feito pelo jornalismo, porém, pode ter pouco a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social, como observou Hall et al. Dessa forma, as opiniões e os argumentos reproduzidos pelo jornalismo, tal como os sujeitos que os proferem, estão inseridos numa estrutura social que os modela. A “verdade” inscrita nesses relatos emerge, portanto, como consequência de regras institucionais e estratégias de poder como assinala Foucault. Seguindo nessa mesma linha, Benetti referenda essa afirmação ao dizer que: “Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção”. (2011, p. 50).

Ambos os procedimentos anteriormente citados (interdição e a separação/rejeição) são regulados e conduzidos pelo terceiro procedimento apontado por Foucault: a vontade de verdade. Princípio fundamental para a aceitação de um discurso como verdadeiro, a vontade de verdade são “as condições variáveis que tornam aceitáveis um discurso” (WOLFF apud NOTO, 2010, p. 23), isto é, um conjunto de técnicas e objetos que uma sociedade aceita como válidos para que um discurso seja tomado como verdadeiro.

Também é na vontade de verdade que encontramos uma ligação bastante próxima com o jornalismo.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim *apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional* tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2010, p. 18, grifo nosso).

Ao falar do “suporte institucional” da vontade de verdade, Foucault menciona explicitamente os livros, bibliotecas, sábios e laboratórios, além do “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Ibidem, p. 17), ou seja, todo um conjunto de práticas pedagógicas que ditam a sociedade. E é justamente nesse ponto que o jornalismo entra como uma instituição fundamental para a disseminação e reforço da vontade de verdade.

Ao contrário de prisões, hospícios, escolas e universidades, que mantêm um controle mais direto e fácil sob seus membros (presos, loucos, alunos e pesquisadores), a sociedade contemporânea – ampla e difusa – não pode funcionar como um pan-óptico, tornando-se quase impossível de ser colocada sob o controle de uma instituição similar as anteriormente citadas. Construindo um campo de atuação similar à estrutura social, também amplo e difuso, o jornalismo pode funcionar como instituição de controle social¹³ que alcança quase todo o corpo

¹³ O controle social está ligado à questão da disciplina, que veremos mais detalhadamente no tópico 4.3.

social, movimentando e agindo sobre a estrutura social onde as relações recíprocas dos indivíduos e grupos constroem efetivamente os efeitos do poder (FOUCAULT, 2010, p. 281 e seguintes). Como uma bruma que toma conta da cidade, entrando por vielas, passando por frestas em portas e janelas, o jornalismo é recebido e aceito pelos indivíduos com seu discurso de objetividade, imparcialidade e **verdade**, impregnando o cotidiano das pessoas com as regras e valores da vontade de verdade.

Apesar de não aprofundar na questão do jornalismo, Foucault evidencia a relação entre os meios de comunicação e a difusão e produção dos discursos dominantes.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e *informação*, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, *meios de comunicação*); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 2012, p. 52. Grifo nosso).

4.3 DISCIPLINA E PODER

Cotidianamente, associamos a ideia de poder às ferramentas repressivas, baseadas na proibição e, nos pontos estudados anteriormente sobre o pensamento foucaultiano, na definição do falso e no discurso inválido. Entretanto, o filósofo francês aponta que o aspecto positivo do poder é a peça fundamental na sua manutenção.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2010, p. 44).

Como afirmamos nos últimos parágrafos do item 4.2, o jornalismo é parte integrante dessa estrutura responsável pelo viés positivo do poder. Ele, ao lado de diversas outras instâncias e instituições, atuam na produção, acumulação, circulação e funcionamento dos discursos

e da verdade. E isso fica mais evidente ao pensarmos o conceito de objetividade jornalística como a busca pela verdade dos fatos.

O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e recompensa-a, No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (Ibidem, p. 279).

Apesar de, como dito no capítulo 2, o ideal contemporâneo de jornalismo objetivo ter se solidificado no século XIX, foi mais de cem anos antes que o mecanismo de poder cuja sua função está alinhada começou a ser construída (FOUCAULT, 2010, p. 291). Baseada no domínio do corpo e de seus atos, em substituição ao antigo regime de controle de terras e produtos, essa nova forma de domínio demanda uma controle através da vigilância. “Esse novo tipo de poder [...] foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio a forma da soberania, é o poder disciplinar” (Ibidem, p. 291)¹⁴.

Segundo Foucault, as disciplinas são um sistema de coerção do corpo social, criadoras de aparelhos de saber e conhecimento com um discurso próprio. Esse discurso das disciplinas é distinto da lei e da regra do direito, “mas da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normatização; referir-se-ão a um horizonte teórico [...] (do) domínio das ciências humanas” (FOUCAULT, 2010, p. 203).

No jornalismo, a disciplina está presente nos mais diversos cadernos e editorias. Desde matérias policiais, nas quais o justo supera a lei, como em casos de defesa de propriedade *versus* a posse e uso de armas de fogo¹⁵, comportamento, seja nas revistas para o público adolescente, falando sobre relacionamento, ou como se comportar em entrevistas de emprego,

¹⁴ A menção à soberania na citação faz referência à oposição trabalhada por Foucault no capítulo 12, *Soberania e Disciplina*, do livro *Microfísica do Poder* (2010). Entretanto, não vamos nos aprofundar nessa discussão por acreditarmos que ela é paralela ao tema principal desse trabalho. Aqui, só se faz necessário notar que ambos sistemas – da soberania e o disciplinar – coexistem, reforçando um ao outro.

¹⁵ Em Bauru, o caso da tentativa de assalto à residência de José Ferreira Barbosa Neto ficou marcado por certa conivência e apoio à reação da vítima em atirar nos suspeitos após os assaltantes atirarem em sua esposa e fugirem do local, como é possível notar na matéria “Marido de advogada baleada teve de ser detido após atirar em assaltantes” (OSHIRO, 2012).

mas o exemplo de maior destaque é na editoria de saúde, em que o corpo ideal, baseado em estudos científicos, também produzidos dentro de um discurso de verdade, e a qualidade de vida, proporcionada por uma “boa noite de sono” ou uma alimentação saudável, estão diretamente ligados aos interesses de quem quer dominar o corpo: “É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas” (Ibidem, p. 291).

5 PRELÚDIO PARA UM JORNALISMO DO FUTURO

Ciente deste processo de ratificação do *status quo* que o jornalismo contemporâneo realiza, o jornalista se depara com a necessidade de escolher um entre dois aspectos que fundaram a deontologia de sua profissão ao longo dos últimos 150 anos e que, agora, se apresentam como antagonistas: o papel de estandarte da liberdade e de defesa do cidadão ou o ideal de objetividade.

Em conformidade com os elementos apresentados por Traquina (2005, p. 50)¹⁶ que colocam o jornalismo como instrumento de reforma social, de controle do poder político em defesa dos indivíduos e de fonte de informações para que estes possam desempenhar plenamente seu papel de cidadão, entendemos que a via que reconduz o jornalismo em sua função social, é a escolha mais sensata para o futuro da área, afetando, conseqüentemente, sua práxis e suas teorias. Portanto, dedicamos os próximos parágrafos a apresentar alguns esboços iniciais dessa nova forma de fazer jornalismo, à luz dos pensamentos aqui presentes e das leituras realizadas ao longo do desenvolver deste trabalho.

O trabalho do jornalista do futuro adota com premissa o conceito de verdade apresentado por Nietzsche e Foucault, isto é, ele compreende a verdade como uma construção socio-histórica - fundamental da existência em sociedade – que serve de justificativa para a moral vigente, ao mesmo tempo em que atua como construtora e legitimadora do poder. Assim sendo, é necessário reconhecer que esta mesma verdade, por ser construída socialmente, é relativa e pode (e deve) ser transformada na busca de uma sociedade melhor. Por fim, o jornalista do futuro reconhece a soberania do corpo social na autoridade de determinar a verdade vigente.

Neste último passo de delegar ao coletivo o poder de construtor da verdade, o jornalismo se desfaz da carga institucional e disciplinadora que ele carrega na sociedade contemporânea. Concomitante a este movimento, vemos a assunção do jornalista-espelho ao jornalista-intelectual, ou seja, o jornalista passa a se reconhecer como indivíduo, como parte de um gru-

¹⁶ Mais detalhes no item 2.2 do presente trabalho.

po, fruto de uma história social que o moldou e que se coloca como porta-voz de um particular que se propõe como geral, se opondo ao homem objetivo contemporâneo.

[...] intelectual não é, portanto, “o portador de valores universais”; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossa sociedade. Em outras palavras, o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual “orgânico” do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. (FOUCAULT, 2012, p. 52-53).

Ao assumir suas posições, o jornalista-intelectual (como nomeamos este jornalista do futuro) vai se distanciar da objetividade, recorrendo a construções textuais – discursos – que rompam com o poder vigente, apresentando o acontecimento sob a ótica do sujeito-jornalista, com todas as suas especificidades de classe, de lugar e de política de verdade. O jornalista-intelectual age como o genealogista de Foucault, resgata os saberes excluídos para trazê-los à tona, apresentando-os para todos os membros da sociedade e permitindo que eles (os saberes) sejam “capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (Ibidem, p. 270).

Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (Ibidem, p. 268).

Logo, o jornalista do futuro dilui a uniformidade e a massificação da forma como os fatos são tratados hoje em dia pelos veículos de comunicação para expressar a multiplicidade de valores existentes e que, normalmente, se encontram subjugados pelos poderes dominantes. Não se estabelece, necessariamente, uma exclusão total dos valores contemporâneos em favor de outros valores, mas promove-se a multiplicidade de valores, permitindo ao público conhecer o fato através de diversos olhares e vozes.

Mostra da centralidade e do tamanho dos efeitos que a objetividade e o positivismo têm no jornalismo contemporâneo, a retirada da objetividade da deontologia do jornalismo exige a reformulação da posição do jornalismo na sociedade. Não cabe mais a ele somente

reportar o que acontece no mundo, o jornalismo exercido sob essa nova filosofia vai se assumir como parte integrante da luta pelo domínio do discurso, se colocando, enquanto campo, como ponto de convergência dos atores, de suas morais e verdades.

O jornalismo do futuro vai assumir a função quebra-sol – “Perto do Sol há incontáveis corpos escuros a serem *deduzidos* – tais que nunca chegaremos a ver” (NIETZSCHE, 2011, p. 83, grifo do autor) – da moral contemporânea. Ele deve valer-se dessa moral para inverter a ordem das coisas, sair do comodismo, do senso comum e buscar retratar o que ninguém retrata, seja por medo ou por falta de vontade.

Cada vez mais quer me parecer que o filósofo, sendo *por necessidade* um homem do amanhã e do depois de amanhã, sempre se achou e *teve* de se achar em contradição com o seu hoje: seu inimigo sempre foi o ideal de hoje. Até agora todos esses extraordinários promovedores do homem, a que se denomina filósofos, [...], encontram sua tarefa, sua dura, indesejada, inescapável tarefa, mas afinal também a grandeza de sua tarefa, em ser a má consciência de seu tempo. [...] A cada vez desvelaram o quanto de hipocrisia, comodismo, de deixar-se levar e deixar-se cair, o quanto de mentira se escondia sob o mais venerado tipo de moralidade contemporânea, o quanto de virtude era *ultrapassada*; a cada vez eles disseram: “Temos que ir ali, além, onde *vocês*, hoje, menos se sentem em casa”. (NIETZSCHE, 2011, p. 106, grifos do autor).

Inimigo da moral, vitrine de outras possibilidades de verdade e iconoclasta das instituições e das disciplinas. É assim que se desenha o jornalista-intelectual, aquele que com clareza, precisão e paixão pela sua verdade, traz de volta ao jornalismo aquilo que ele perdeu quando se encontrou com o mercado e com Comte: seu valor reformador. O jornalista do futuro resgata a ideologia do jornalismo propagandista e político (no sentido suprapartidário) que marcou os primeiros séculos de vida da imprensa, para atuar como educador e formador de opinião de uma sociedade realmente livre e autônoma.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARROS FILHO, Clovis. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.

BELTRAMIN, Luiz. Bom sono depende de disciplina e não dos ponteiros do relógio. **Jornal da Cidade**, Bauru, 20 fev. 2011. Geral, p. 8.

_____. Quem dorme mal ganha mais peso. **Jornal da Cidade**, Bauru, 20 fev. 2011. Geral, p. 9.

BRIGA de perdizes reúne multidão em parque no Afeganistão. **G1**, São Paulo, 19 abr. 2013. Planeta Bizarro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/planeta-bizarro/noticia/2013/04/briga-de-perdizes-reune-multidao-em-parque-no-afeganistao.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

CABEÇAS de rosca: moda bizarra bomba no Japão!. **R7**, 30 de abr. 2013. Esquisitices. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/esquisitices/fotos/cabecas-de-rosca-moda-bizarra-bomba-no-japao-30042013#!/foto/4>>. Acesso em: 20 maio 2013.

CAMARGO, Gustavo Arantes. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. **Revista Trágica**: estudos sobre Nietzsche, V. 1, n. 2. Rio de Janeiro: 2008.

COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Editora Ridendo Castigat Mores, 2002. Em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/comte.html>>. Acesso em: 8 de junho de 2012.

DECEPÇÃO se estende por países da Primavera Árabe. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/decepcao-se-estende-entre-os-paises-da-primavera-arabe.html>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

EGÍPCIOS protestam contra um ano de governo militar. **Estadão.com.br**, 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,egipcios-protestam-contrum-ano-de-governo-militar,834098,0.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

ENTENDA a lei de meios na Argentina. **G1**, São Paulo, 17 dez. 2012. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/entenda-lei-de-meios-na-argentina.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: 2007. Em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2012.

FEOLA, Fúlvio. Neymar apanha, ouve ‘benção’ de zagueiro do Bragantino e ironiza. **Globoesporte.com**, Santos, 25 mar. 2012. Santos. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/santos/noticia/2012/03/neymar-apanha-ouve-bencao-de-zagueiro-bragantino-e-ironiza.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. 20ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso; LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, V. 25, n. 58, p. 45-52, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/versoereverso/article/view/789/145>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. Zona Sul festeja ocupação, mas teme ação na Rocinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2010, p. C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/29/15/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

GLOBO. In: Donos da Mídia, 2013. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/rede/4023>>. Acesso em: 20 maio 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

LOUSADA, Vinícius. Bauru terá ‘bolsa crack’ para usuário. **Jornal da Cidade**, Bauru, 9 maio 2013. Política, p. 4.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Moderna, 1997.

MENDES, Cláudio Lúcio. O Corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUSFC, n. 39, p. 167-181, abr. 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Sobre verdade e a mentira**. São Paulo: Hedra, 2008.

NOTO, Carolina de Sousa. Vontade e verdade em Foucault. **Philosophos** – Revista de filosofia, Goiânia, vol. 15, n. 2, p. 11-28, set. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/9084>>. Acesso em: 05 Mar. 2013.

OSHIRO, Vitor. Marido de advogada baleada teve de ser detido após atirar em assaltantes. **Jornal da Cidade**, Bauru, 6 set. 2012, p. 8.

POLÍCIA e Exército iniciam invasão no Complexo do Alemão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/policia-exercito-iniciam-invasao-no-complexo-do-alemao-2919526>>. Acesso: 3 mar. 13.

PRATES, Fabia. Moradores falam de excessos de policiais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2010, p. C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/29/15/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

PROTESTOS após dois anos da queda de Mubarak deixam dezenas de feridos. **Opera Mundi**, 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/27127/protestos+apos+dois+anos+da+queda+de+mubarak+deixam+dezenas+de+feridos.shtml>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

SALEH, Tariq. Após renúncia, Cairo tenta voltar à rotina; futuro do Egito é debatido. **BBC Brasil**, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110212_egito_sabado_rp.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VÁRIOS. **Manual da redação**: Folha de S. Paulo. 16ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.